

O Estado Novo no Brasil e as relações culturais luso-brasileiras no período*

Carmem G. Burgert Schiavon**

Resumo: a institucionalização do Estado Novo no Brasil inaugurou um novo período nas relações luso-brasileiras, tendo em vista que os traços ideológicos comuns, associados às ligações histórico-culturais e ao expressivo número de portugueses residentes no Brasil, aproximaram os dois países, principalmente no aspecto cultural, por meio da assinatura do Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 1941.

Palavras-Chave: Brasil; Portugal; relações culturais.

*Inda havemos de ir e vir
Do Brasil a Portugal
Como quem entrou na igreja
Ou de volta ao roseiral¹.*

A aproximação cultural entre Brasil e Portugal não era uma idéia nova. Muito pelo contrário, desde o princípio do século XX, algumas personalidades portuguesas e brasileiras buscavam o estreitamento das relações entre os dois países e, para isso, ocorriam negociações visando a associação luso-brasileira. A mola propulsora deste processo foi a falta de conhecimento do livro brasileiro em Portugal, fato que levou o ensaísta e diplomata Jaime Batalha Reis, no início do século XX, a chamar para si a responsabilidade de ocasionar o descobrimento da literatura brasileira em terras portuguesas, argumentando que “entre as muitas coisas importantes e urgentes a fazer em Portugal avulta, quanto a mim – como uma das mais importantes e urgentes -, o mostrar aos Portugueses a existência, por a grande maioria deles apenas suspeitada, dum ‘Novo Mundo’”².

* O presente texto faz parte da tese intitulada “Estado Novo e Relações Luso-Brasileiras (1937-1945)”, defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em janeiro de 2008.

** Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e professora da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

¹ OLIVEIRA, Antônio Correia de. *Pátria Nossa – Pátria Vossa*. Portugal: A Federação das Associações Portuguesas, 1937, p. 9.

² REIS, Jaime Batalha. *O descobrimento do Brasil intelectual pelos portugueses do século XX*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988, p. 47. A citação destacada fazia parte de um ensaio encaminhado à segunda série da revista portuguesa *Serões*. Todavia, não chegou a ser publicado em razão do seu diretor, Alberto de

Assim, como se pode constatar, Portugal tomou a dianteira do movimento. Neste sentido, uma das primeiras medidas de reaproximação constituiu uma iniciativa portuguesa por meio da Sociedade de Geografia de Lisboa. A referida sociedade tinha à frente de sua direção a figura do português Zophimo Consiglieri Pedroso, um dos principais defensores do estreitamento das relações entre Brasil e Portugal. Nessa mesma linha, em 25 de abril de 1910, o brasileiro Eugênio Egas proferiu uma palestra na Sociedade de Geografia, abordando o tema “Portugal-Brasil: a iniciativa de Consiglieri Pedroso vista de lá para cá”. Contudo, em virtude do falecimento de Pedroso, os planos de aproximação luso-brasileira arrefeceram e precisaram de uma nova conjuntura para a sua efetivação.

O escritor e diplomata Alberto de Oliveira era um dos maiores entusiastas da aproximação luso-brasileira, tanto que a 11 de novembro de 1915, por ocasião de uma sessão da Academia das Ciências de Lisboa, Oliveira recomendou aos poderes públicos a criação da cadeira de História, Geografia e Literatura brasileiras em uma das Faculdades de Letras de Portugal³. Mais tarde, em dezembro do mesmo ano, Oliveira também comunicou que estava tomando providências junto às autoridades responsáveis para estabelecer uma cadeira de estudos brasileiros, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. A partir deste momento, o projeto contou com o apoio de inúmeras instituições e pessoas com interesse no assunto, como o Presidente da República portuguesa, Bernardino Machado e o Chefe do Governo, Afonso Costa, tanto que o Ministro da Instrução Pública, Pedro Martins, e o Secretário-Geral do Ministério apresentaram ao Parlamento português um projeto de lei visando tal intento, sendo que o mesmo foi aprovado por unanimidade⁴.

Este cenário mais favorável ao estreitamento das relações luso-brasileiras – muito embora ainda sob forte inspiração lusa – leva Alberto de Oliveira ainda a pleitear junto à Academia Brasileira de Letras para que a referida cadeira fosse “regida por um brasileiro de alta categoria intelectual, alguém que trouxesse ainda nos lábios o perfume da terra brasileira”⁵. Miguel Calmon foi a primeira figura brasileira a ser convidada para reger a

Oliveira, ter se desligado das suas atividades e o ensaio ter permanecido perdido durante muito e vindo a ser, finalmente, publicado em 1988, pelas Publicações Dom Quixote.

³ MAGALHÃES, José Calvet de. As relações Brasil-Portugal de 1895 a 1953. In: CERVO, Amado; MAGALHÃES, José Calvet de; ALVES, Dário Moreira de Castro. *Depois das caravelas*. As relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000. Op. cit., p. 358.

⁴ Idem. Ressalta-se que o referido projeto resultou na Lei número 586, de 12 de junho de 1916.

⁵ ALBUQUERQUE, Mário de. In: Revista *Atlântico*, Nº 4, 1943, p. 148.

disciplina; entretanto, em virtude da participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial, não teve condições de se deslocar até Portugal. Após o término do conflito mundial, a Academia Brasileira de Letras designou Coelho Neto para o exercício da docência da disciplina Estudos Brasileiros, contudo, este não aceitou o convite. O historiador Oliveira Lima foi o segundo convidado e, em 9 de junho de 1923, inaugurou a regência da disciplina⁶. Posteriormente, o Dr. Manuel de Souza Pinto, que nasceu no Brasil, mas tinha sido educado em Portugal, assumiu a cadeira e a regeu até o ano de sua morte, em 1934⁷. Sobre a importância da regência da referida disciplina, José Calvet de Magalhães esclarece que:

O ensino da literatura brasileira nas Faculdades de Letras de Portugal promoveu, naturalmente, o seu conhecimento, não apenas nos meios universitários portugueses, mas de uma forma geral em todo o país. A par com o ensino acadêmico, a divulgação da vida literária brasileira em Portugal foi igualmente promovida por alguns homens de letras portuguesas dedicados à promoção das relações políticas e culturais luso-brasileiras⁸.

Posteriormente, a visita oficial do Presidente da República portuguesa, Antônio José de Almeida, em 1922 – por ocasião das comemorações do Primeiro Centenário da Independência Brasileira –, dinamizou ainda mais as negociações relativas à aproximação entre os dois países, no momento em que assegurou a assinatura de um Acordo Literário envolvendo Brasil e Portugal, no Rio de Janeiro, em 26 de setembro do mesmo ano⁹ e um Acordo Postal dois anos depois, em outubro de 1924¹⁰. Este acordo postal constituiu-se em peça fundamental no processo de estreitamento das relações culturais entre Brasil e Portugal, pois dinamizou o câmbio da produção literária luso-brasileira no momento em que diminuiu os custos de exportação, na medida em que determinava: “os livros brochados ou

⁶ ALBUQUERQUE, Mário de. In: Revista *Atlântico*, Nº 4, 1943, p. 148.

⁷ Após a morte de Souza Pinto, Mário de Albuquerque regeu a cadeira até 1957, momento em que a disciplina passou a ser designada como Literatura Brasileira e ficou sob a responsabilidade de Vitorino Nemésio até 1971.

⁸ MAGALHÃES, José Calvet de. As relações Brasil-Portugal de 1895 a 1953. In: CERVO, Amado; MAGALHÃES, José Calvet de; ALVES, Dário Moreira de Castro. Op. cit., p. 359.

⁹ “A 26 de setembro de 1922 assinou-se no Rio de Janeiro uma Convenção Especial sobre propriedade literária e artística, na base de absoluta reciprocidade. Negociaram-na o Dr. José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães, ministro dos Negócios Estrangeiros, por parte de Portugal; e o Dr. José Manuel Azevedo Marques, ministro de Estado das Relações Exteriores, por parte do Brasil”. REGO, Antônio da Silva. *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*. Lisboa: Panorama, 1965, p. 114.

¹⁰ Assinado em Lisboa, o acordo foi negociado por Antônio Maria da Silva e Adalberto da Costa Veiga – representantes portugueses – e por José Henrique Aderne, da representação brasileira. Idem.

encadernados e os jornais e revistas expedidos pelos respectivos editores, de cada um dos países contratantes, com destino ao outro, gozarão da redução de 50 por cento sobre as taxas internacionais em vigor”¹¹.

Passado algum tempo, em maio de 1936, com o ressurgimento da Academia Portuguesa de História, os contatos luso-brasileiros aumentaram por meio de uma real aproximação entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Academia Portuguesa de História, tendo em vista que dentro do quadro efetivo desta instituição – que era de 50 titulares – o Brasil dispunha de 10 lugares para acadêmicos de nacionalidade brasileira¹².

Nesta mesma direção, também, merece destaque o fato de que em abril de 1937, criou-se dentro da Sociedade de Geografia Portuguesa um Centro de Estudos Brasileiros, sob a presidência do Conde de Penha Garcia e a vice-presidência do Coronel Mimoso Guerra. O Centro de Estudos objetivava “promover a realização de congressos luso-brasileiros e fornecer informações a agências de turismo e viagens sobre a organização de excursões ao Brasil”¹³ e era composto por sete comissões. A saber: 1. Estudos culturais brasileiros; 2. Intercâmbio intelectual e artístico luso-brasileiro; 3. Intercâmbio econômico luso-brasileiro; 4. Relações comerciais marítimas e aéreas, postais e telegráficas; 5. Recepção; 6. Turismo; 7. Imprensa e propaganda¹⁴.

Portanto, não restam dúvidas de que em outubro de 1937, às vésperas do decreto do Estado Novo brasileiro, as relações entre Brasil e Portugal, pelo menos no plano cultural, começaram a adquirir forma e, é claro, que com a outorga da Constituição de 1937, as afinidades ideológicas entre os dois países tendem a viabilizar, ainda mais, o aprofundamento das relações luso-brasileiras. Neste sentido, a historiadora Lucia Maria Guimarães evidencia que a aproximação entre o Instituto Histórico e a Academia Portuguesa de História, às vésperas da implantação do Estado Novo no Brasil, foi beneficiada pelos contextos político-ideológicos semelhantes, tendo em vista que o governo brasileiro e português “respectivamente, desenvolviam políticas públicas direcionadas para a valorização da

¹¹ *Tratados e Actos Internacionais: Brasil-Portugal*. Lisboa: Embaixada do Brasil, 1962, pp. 158-159.

¹² Estes 10 assentos foram ocupados por sócios do Instituto Histórico. A saber: Conde de Afonso Celso, Max Fleiüss, Afonso d’Escragnole Taunay, Arthur Guimarães de Araújo Jorge, Francisco José de Oliveira Vianna, Gustavo Barroso, Júlio Afrânio Peixoto, Manuel Cícero Peregrino da Silva, Pedro Calmon e Rodolfo Garcia. *Boletim da Academia Portuguesa de História*. Lisboa: APH, 1º e 2º anos, 1937-1938.

¹³ REGO, Antônio da Silva. *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*. Op. cit., p. 116.

¹⁴ Idem.

nacionalidade, apoiadas em determinadas concepções de história, que procuravam através do passado legitimar o presente”¹⁵. Não é de se estranhar, portanto, a associação destes dois importantes ícones da cultura luso-brasileira no sentido de produção de uma historiografia nacionalista.

Seguindo a direção da aproximação luso-brasileira destaca-se, ainda, a conferência intitulada “Intercâmbio cultural entre Portugal e o Brasil”, proferida por Martinho Nobre de Mello, Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, no salão da Biblioteca do Itamaraty, em primeiro de outubro de 1937. Esta palestra, além de inaugurar o ciclo de conferências estabelecido pelo Serviço Intelectual do Ministério das Relações Exteriores, foi a mola propulsora do estreitamento das relações luso-brasileiras. Resumidamente, a conferência de Nobre, ao ensejar a união Brasil/Portugal, propunha:

*1) Câmbio de professores; 2) Câmbio de alunos; 3) Excursões de estudantes; 4) Cursos de férias; 5) Revistas a patrocinar; 6) Prêmios escolares; 7) Bolsas de estudo; 8) Serviços de informações culturais; 9) Correspondência interescolar; 10) Empreendimentos vários em prol da língua, nomeadamente: a) Resolução definitiva da questão ortográfica; b) Publicação duma Gramática Luso-Brasileira da Língua Portuguesa; c) Teatro e cinema ao serviço da língua; d) Novo acordo postal; e) Câmaras de compensação de editores*¹⁶.

Com o avançar deste texto observar-se-á o quanto o conteúdo desta conferência influenciou na adoção de medidas para o estreitamento das relações culturais envolvendo Brasil e Portugal. Por ora cita-se o fato de que diante do interesse de Salazar na solidificação desta “comunidade luso-brasileira”, o presidente português, Oscar Carmona, encaminha um convite ao presidente Getúlio Vargas, convidando-o a participar das comemorações do duplo centenário português¹⁷. Entretanto, argumentando o desenrolar da Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o Brasil, Vargas declina do convite mas, envia a Portugal uma

¹⁵ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Festa portuguesa no IV Congresso de História Nacional. Op. cit., p. 128.

¹⁶ REGO, Antônio da Silva. *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*. Op. cit., p. 117.

¹⁷ As comemorações do duplo centenário português relacionavam-se à fundação de Portugal, em 1140, e à restauração da sua nacionalidade, em 1640, ou seja, comemorava-se a passagem dos 800 anos da fundação do Reino e o trecentésimo aniversário da Restauração Portuguesa. As festividades ocorreram no período de 2 de junho a 2 de dezembro de 1940 e o Brasil participou ativamente, principalmente no Congresso do Mundo Português e na Exposição Histórica do Mundo Português, sendo que, nesta última, foi o único país estrangeiro a ter representação e ocupou um pavilhão inteiro.

legação brasileira para representar o país nas comemorações centenárias da fundação e restauração de Portugal. Esta comissão era chefiada por José Pinto, da qual fazia parte, ainda, o ministro Caio de Melo Franco; ministro Edmundo da Luz Pinto; coronel Tristão de Alencar Araripe; major Afonso de Carvalho; Olegário Mariano; capitão Fleury, entre outros. Neste sentido, o Brasil participa dos eventos na condição de *nação irmã*, inclusive, a associação brasileira às grandes festividades portuguesas foi utilizada como “uma espécie de prova póstuma das nossas virtudes civilizadoras”¹⁸, no dizer do historiador Fernando Catroga.

Em retribuição à presença da comissão brasileira, referida no parágrafo anterior, o governo luso envia ao Brasil uma Embaixada especial, que era chefiada por Júlio Dantas e composta, ainda, pelos seguintes membros: Dr. Augusto de Castro; Dr. Reinaldo dos Santos; Dr. Marcelo Caetano; Dr. João do Amaral, entre outros¹⁹. Como um resultado quase que direto destas tratativas, observa a realização do Congresso Luso-Brasileiro de História, em 1940, momento em que “pela íntima cooperação dos investigadores e dos historiógrafos portugueses e brasileiros, o esclarecimento e a unidade de interpretação dos fatos que importam aos três primeiros séculos da história gloriosa do Brasil, patrimônio comum”²⁰ foram discutidos. A esta altura do texto, torna-se importante inferir que a difusão de eventos que permitam a reafirmação do discurso de afetividade, de reafirmação de um passado em comum entre os dois países é muito importante na medida em que permite ao governo português provar a sua eficiência em termos de administração colonial, pois não se pode ignorar que, ao final da década de 1940, a manutenção das colônias portuguesas torna-se cada vez mais difícil, tendo em vista o avanço do processo de descolonização advindo, sobretudo, das mudanças estabelecidas pelo desenrolar da Segunda Guerra Mundial. Aliás, a aproximação luso-brasileira, também, é importante na medida em que pode propiciar a Portugal uma aliança no sentido de proteção ao império colonial português. Portanto, dentro deste contexto, fica justificada a fundação da Associação dos Amigos de Portugal, em 15 de maio de 1940, no Rio de Janeiro, cujos objetivos eram: “a) fazer a exaltação do que fomos, para dignificar o que somos; b) contribuir para a defesa do grupo étnico luso-brasileiro; c)

¹⁸ CATROGA, Fernando. Ritualizações da história. In: TORRAL, Luís Reis; CATROGA, Fernando. *História da história em Portugal: da historiografia à memória histórica*. Lisboa: Temas e Debates, 1998, p. 7.

¹⁹ *Jornal Diário de Governo*, Lisboa, em 4 de julho de 1941, p. 2.

²⁰ DANTAS, Júlio. Discurso. In: *Anais das bibliotecas e arquivos*. Lisboa: v. XV, 1940, p. 17.

intensificar o enriquecimento da língua portuguesa; d) cooperar na valorização do pensamento luso-brasileiro”²¹.

A imprensa brasileira, em sua maioria, noticiou a vinda da “embaixada cultural”, chefiada por Júlio Dantas, de forma muito positiva – até porque era controlada pela censura da ditadura varguista, da qual, não se pode esquecer, pertenciam os principais articuladores da aproximação luso-brasileira²². Entretanto, o maior produto deste encontro foi a assinatura do Acordo Cultural Luso-Brasileiro²³, no Rio de Janeiro, a 4 de setembro de 1941²⁴.

Em linhas gerais, o Acordo Luso-Brasileiro visava uma colaboração cultural mais efetiva entre os dois países com vistas à difusão de suas culturas e, para a efetivação desses objetivos ficaram encarregados, respectivamente, os “organismos oficiais a quem incumbe nos dois países a orientação dos serviços de propaganda”²⁵, ou seja, em Portugal, ao Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), dirigido por Antônio Ferro e, no Brasil, ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), sob a orientação de Lourival Fontes, como determinava o primeiro artigo do Acordo Cultural ao estabelecer que seria “criada na sede do SPN uma seção especial brasileira, da qual fará parte a título permanente um delegado do DIP, assim como uma seção especial portuguesa, da qual fará parte um delegado do SPN”²⁶.

Como justificativa oficial para a implantação destas seções foi utilizado o argumento de que elas deveriam “assegurar e promover”, de todas as formas possíveis, a difusão da cultura dos dois países, principalmente, ao propiciarem “o intercâmbio e publicação de artigos inéditos de escritores e jornalistas brasileiros e portugueses na imprensa dos dois países”²⁷.

²¹ Estatutos da Associação, 2º artigo. Anexo ao Ofício nº 228, do Consulado de São Paulo ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 23 de maio de 1941. Ministério dos Negócios Estrangeiros (M. N. E.), 2º piso, Armário 48, Maço 233.

²² Neste sentido cabe destacar um trecho do artigo intitulado Brasil e Portugal, publicado no jornal *Globo*, onde se lê: “Júlio Dantas é justificadamente um dos escritores portugueses mais conhecidos e apreciados no Brasil. Só por si, sua presença constituirá um acontecimento notável em nossa vida cultural. No entanto, ele volta agora ao Brasil chefiando uma embaixada em que se reúnem alguns outros dos mais altos expoentes da cultura lusitana neste momento”. Jornal *O Globo*, São Paulo, em 7 de agosto de 1941.

²³ O jornal português *A Voz*, órgão de propaganda do governo de Portugal, logo após a assinatura do Tratado Cultural Luso-Brasileiro de 1941, publica um artigo intitulado Brasil-Portugal onde apresenta o fato como um fruto resultante da iniciativa portuguesa e de outras ações, pois “o primeiro passo para este entendimento mútuo deu-o o diretor do S.P.N. com a sua viagem ao Brasil”. Jornal *A Voz*, Lisboa, em 11 de setembro de 1941, p. 4.

²⁴ O acordo foi firmado mediante a presença do Presidente Getúlio Vargas, Dr. Lourival Fontes, Diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda do Brasil e Antônio Ferro, Diretor da Emissora Nacional e do Secretariado de Propaganda Nacional de Portugal.

²⁵ Trecho do Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 1941. Revista *Atlântico*, Nº 2, 1942.

²⁶ Trecho do Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 1941. Revista *Atlântico*, Nº 2, 1942.

²⁷ Letra “a” do 2º artigo do Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 1941. Idem.

Entretanto, na prática, o que se pode verificar é que estas seções atuaram muito mais no sentido de limitar manifestações contrárias ao Estado Novo português e brasileiro, além de difundirem o ideal estadonovista luso-brasileiro. No caso português, mais especificamente, há claramente a adoção de uma política de “vigilância” e até mesmo de censura, traços típicos dos governos autoritários, em relação às notícias veiculadas no Brasil. Este pensamento fica claro na medida em que Portugal coíbe a divulgação de qualquer notícia que macule a sua política atlântica, como se constata a seguir: “como nós exercemos uma espécie de censura amistosa na imprensa local, – por quanto a censura oficial praticamente não existe, tendo ficado sujeita ao critério da Associação Paulista de Imprensa, – conseguimos a não publicação daquele artigo”²⁸.

O artigo referido acima fazia referência à política atlântica seguida por Portugal e seria publicado no jornal *A Gazeta*, do Rio de Janeiro, caso não houvesse a interferência do seu diretor, o Sr. Cásper Líbero. O mesmo ofício ainda demonstra que este tipo de ação é uma prática comum, tendo em vista que “em dois meses, é este o terceiro artigo cuja publicação dificultamos, sendo os dois anteriores: um contra a ação do Sr. Antônio Ferro no Brasil e, o outro, contra os regimes políticos lusitano e espanhol, acusando-se asperamente o General Franco”²⁹. O reclamante ainda tece críticas à política brasileira adotada em relação aos países neutros e ao fato do Brasil estar voltado quase que exclusivamente para a difusão do seu nacionalismo:

*É inegável que há uma campanha contra os países neutros e principalmente, coloniais, e revela-se a existência dum grupo de intelectuais residentes no Rio de Janeiro, mantendo ramificações em São Paulo, onde contam com a displicência da DEIP que só se interessa pela propaganda de política nacional*³⁰.

A assinatura do tratado cultural de 1941 foi recebida com grande entusiasmo pelo círculo político e literário de Portugal³¹. Os jornais lisboetas divulgaram amplamente a

²⁸ Ofício nº 823, do Consulado de São Paulo ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 13 de novembro de 1941. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 233A. O grifo consta no original.

²⁹ Ofício nº 823, do Consulado de São Paulo ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 13 de novembro de 1941. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 233A.

³⁰ Idem.

³¹ Ofício da Embaixada Brasileira em Lisboa, em 15 de setembro de 1941. Arquivo Histórico do Itamaraty (A. H. I.), Pasta de Ofícios, ano de 1941.

notícia, principalmente por ser concebida como “o coroamento magnífico da obra diplomática que ambos os governos vêm realizando **nestes últimos anos**”³². É interessante observar a parte final da citação, pois ela não deixa dúvidas no que se refere ao fato da aproximação luso-brasileira ter adquirido forma justamente no momento em que Brasil e Portugal são gerenciados pela política do Estado Novo.

No Brasil, a documentação analisada também revela os acontecimentos decorridos no período e os bastidores da política varguista adotada à época. É fato que nem todos receberam de “bom grado” a adoção do acordo cultural luso-brasileiro, muito pelo contrário, este acontecimento gerou a movimentação daqueles contrários à idéia e dos opositores ao regime do Estado Novo³³. Um exemplo desse posicionamento é a circulação, talvez uma nova edição, do livro “A Mulata”, do escritor português Carlos Malheiros Dias. Tanto é que a polícia brasileira entra em ação e apreende o romance. Aliás, a notícia acaba desencadeando forte reação da comunidade portuguesa e a publicação do artigo de Costa Porto intitulado “aproximação luso-brasileira” no jornal *Folha da Manhã*, de Recife, onde ele escreve que “encaro com tristeza a idéia de reeditar Malheiros Dias, cujos insultos atirados a nossa raça, às nossas famílias (...) devem ser analisados como uma nota destoante na obra de fraternização a que nos entregamos”³⁴.

A aproximação cultural luso-brasileira possibilitou, ainda, a Portugal uma oportunidade para neutralizar a oposição ao seu governo no Brasil, ao mesmo tempo em que tornou possível a ocupação de espaços importantes, como o meio literário, para a difusão de sua cultura. Um exemplo desta postura constitui a realização da Exposição e Quinzena do Livro Português, atividade realizada no Rio de Janeiro, em novembro de 1941, por iniciativa da Casa do Livro de Lisboa. Para a exposição, que aconteceu na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, foram solicitados “livros ou publicações que possam, uma vez distribuídos por intelectuais, facilitar no Brasil o conhecimento e a difusão da cultura portuguesa”³⁵. Por isso, seguindo a orientação contida no primeiro artigo do Acordo Cultural, foi inaugurada por Antônio Ferro, na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, em 8 de dezembro de 1941, a

³² Idem. O grifo não consta no original.

³³ Ofício nº 118, do Consulado de Pernambuco ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 18 de dezembro de 1941. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 233 A.

³⁴ Jornal *Folha da Manhã*, Recife, em 18 de dezembro de 1941, p 3.

³⁵ Ofício nº 127, do Consulado de São Paulo ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 6 de fevereiro de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 233.

primeira exposição do livro português³⁶. Posteriormente, em 14 de abril de 1942, Antônio Ferro, com a assistência do Embaixador do Brasil no Rio de Janeiro, Dr. Artur Guimarães de Araújo Jorge, inaugurou a Seção Brasileira do SPN. Anos mais tarde, em dezembro de 1948, Ferro recordaria os feitos da seção de intercâmbio luso-brasileiro do SPN ao relatar os seus maiores empreendimentos para a aproximação luso-brasileira:

...sessões públicas, conferências, concertos, revista Atlântico de colaboração com o D.I.P. e hoje com a Agência Nacional, coleção Atlântico, coleção Documentos que interessam ao Brasil e Portugal (...), outras publicações, Prêmio Pero Vaz de Caminha, criação de uma pequena biblioteca brasileira, recepção a todos os brasileiros representativos chegados a Portugal desde esse momento, a altas figuras da colônia portuguesa, colaboração com todas as iniciativas oficiais ou privadas para intensificação das nossas relações culturais, programas de rádio, envio de filmes para o Brasil, milhares de recortes da imprensa brasileira, distribuídos às entidades interessadas, milhares e milhares de informações sobre o Brasil dadas verbalmente ou por correspondência, etc., etc. Por seu lado, a Seção Portuguesa do D.I.P., sob a orientação inteligente, sensata, diplomática, do Visconde de Carnaxide, fez o que pode – e fez muito – em estreita colaboração com a Federação das Associações Portuguesas num período agitado da vida brasileira onde a discricção se confundia, muitas vezes, com a melhor e mais eficaz atividade³⁷.

Atividade semelhante a anterior – também voltada ao estreitamento das relações culturais entre Brasil e Portugal – foi a Primeira Quinzena do Livro Português em Recife. Esta constituiu uma iniciativa do livreiro José Saraiva de Freitas, apoiada pelo cônsul português na capital, o Sr. Manoel Anselmo. A comissão de organização do evento era composta pelo vice-cônsul Jaime Santos, padre Zacarias Tavares, Ernesto Leça, capitão Camilo Coelho e Antônio de Abreu Castelo Branco. De Recife, alegando a busca de um espaço maior para o livro português, o livreiro José de Freitas estendeu a exposição até outras capitais nordestinas, como Paraíba e Natal, por entender que:

o livro português não encontrou ainda no Brasil o lugar que merece. Tem falta de interesse do livreiro sobre ele. Em matéria de literatura

³⁶ Como complemento a esta medida, posteriormente surgiria o estabelecimento *Livros de Portugal*, na rua Ouvidor, no Rio de Janeiro.

³⁷ FERRO, Antônio. *Estados Unidos da Saudade*. Lisboa: Literatura Estrangeira, 1949, pp. 9-10.

*portuguesa teima-se em ficar no Eça, e no Camilo, no Iberalano. A nova geração permanece esquecida. O Norte do Brasil não pode ficar indiferente a esse movimento que logra extraordinário êxito no Rio de Janeiro*³⁸.

Num primeiro momento pode parecer que as exposições do livro português no Brasil constituem uma simples atividade de intercâmbio entre os dois países. Contudo, os fatos não são bem assim. Uma análise mais aprofundada da correspondência trocada entre o Consulado de Portugal, em São Paulo, e o diretor do Secretariado da Propaganda Nacional, Antônio Ferro, permite inferir que a difusão do livro português no Brasil, além de constituir um espaço para a sua comercialização e, portanto, uma oportunidade de ampliação do mercado consumidor deste produto, visava, também, “contrabalançar a influência da cultura norte-americana”³⁹, a qual se encontrava cada vez mais presente e atuante no país.

Por fim, merece destaque o fato de que, diante das vicissitudes do Estado Novo português, as exposições do livro português tinham, ainda, a dupla responsabilidade de contribuir para a difusão da cultura portuguesa e, de forma “dissimulada”, atuar como uma atividade doutrinadora da colônia portuguesa aqui residente, ou seja, as atividades culturais aqui desenvolvidas constituíram a forma encontrada por Portugal para executar uma espécie de legitimação do seu governo e difusão da sua doutrina ideológica, cujo alvo principal era constituído pela colônia portuguesa residente no Brasil. Não obstante, o fim do Estado Novo no Brasil, em 1945, representou um verdadeiro resfriamento nos planos do governo português no que respeita ao estreitamento nas relações culturais luso-brasileiras, afinal, com a queda de Getúlio, caía também um simpatizante das idéias políticas de Salazar e com ele as possibilidades de incremento no relacionamento Brasil/Portugal.

³⁸ Jornal *Diário da Manhã*, Recife, em 8 de novembro de 1942, p. 4.

³⁹ Ofício nº 175, do Consulado de São Paulo ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 5 de março de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 233A.